RELATÓRIO DE OFICINA PARTICIPATIVA

INFORMAÇÕES GERAIS

Tema da Oficina: Oficina Participativa de Consulta, Livre Prévia e Informada – CLPI.

Objetivo da Oficina: Consulta Pública do Programa Jurisdicional de REDD+ do Estado do Tocantins.

Comunidade: Regional Jalapão, comunidades: Fazenda Nova, Mumbuca, Carrapato, Galheiro, Galheiro, Brejo Seco, Cumbica, Prata, Boa Esperança.
Local: Escola Estadual Silvério Ribeiro Matos, Mumbuca (Jalapão), município de Mateiros - TO.
Data: 08 a 10 de julho de 2025.
Duração: 3 dias.

EQUIPE ENVOLVIDA

Moderador(a): Janilson Soares Rodrigues e Arlethe Cezar dos Santos.
Relator(a): Alana Cristina Moreira de Santana e Bárbara Beatriz Lobato. Cruz **Facilitador(a) Gráfico**: Celenita Gualberto Pereira Bernieri.
Técnico(a) em Comunicação: Equipe PUBLIC.
Recreador(a): Patrícia Dias Rocha e Mônica Silva Ribeiro.
Representante do Poder Público: Marcello de Lima Lelis (Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Tocantins - SEMARH), Isabel Acker e Marli Santos, Ravenna P. P. Vieira e Fábio H. Fragoso de Sousa (Pontos Focais do Estado Especialista em REDD/SEMARH), Aleandro Lacerda e Anna Karla Feitosa (Tocantins Parcerias - TOPAR).

Outros participantes com papel relevante: Pedro Andrade Magalhães e Bárbara Beatriz Lobato Cruz (Consultores TOCAR), Ana Paula Mendes e Jarlene Santana (Secretaria de Povos Originários e Tradicionais do Tocantins - SEPOT).

DIA 01: TERÇA-FEIRA, 08 DE JULHO DE 2025

PARTICIPANTES

1. Hamilton Ribeiro de Jesus (Comunidade Quilombola Fazenda Nova)
2. Elizabete Melquiades (Comunidade Quilombola Mumbuca)
3. Carmosina P. de Jesus (Comunidade Quilombola Fazenda Nova)
4. Genifer Silveira de Oliveira (ACAPPM - Associação Comunitária dos Artesãos e Pequenos Produtores de Mateiros)
5. Claudia Ribeiro de Sousa (Mateiros)
6. Andrea Cecilia Lamberte (ACAPPM - Associação Comunitária dos Artesãos e Pequenos Produtores de Mateiros)
7. Rayfran Ayres de França (Comunidade Quilombola Carrapato)
8. Jaciara B. Silva (Comunidade Quilombola Fazenda Nova)
9. Jovelino Ribeiro de Sousa (Comunidade Quilombola Galheiro)
10. Adelice C. Cirqueira (ACAPPM - Associação Comunitária dos Artesãos e

Pequenos Produtores de Mateiros)
11. Laudeci (ACAPPM - Associação Comunitária dos Artesãos e Pequenos Produtores de Mateiros).
12. Enerci Matos Mendes - (Comunidade Quilombola Carrapato)
13. Irene Ribeiro da Silva - (Comunidade Quilombola Boa Esperança)
14. Claudinei Gonçalves Ribeiro - (ACAPPM - Associação Comunitária dos Artesãos e Pequenos Produtores de Mateiros)
15. Aldina Batista Dias dos Santos (Comunidade Quilombola Carrapato)
16. Leandro Silva Galvão (Comunidade Quilombola Boa Esperança)
17. Rosineide Matos da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
18. Martina Ribeiro - (Comunidade Quilombola Mumbuca)
19. Dorilene Alves Pereira (Comunidade Quilombola Boa Esperança)
20. Oziel A. de Souza - (Comunidade Quilombola Mumbuca)
21. Diomar R. da S. Gomes (Comunidade Quilombola Mumbuca)
22. Silvanete T. da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
23. Givoene Matos da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
24. Otani Carvalho da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
25. Teomenilton Almeida Santos - (Comunidade Quilombola Mumbuca)
26. Agnaldo Batista Rodrigues (Comunidade Quilombola Mumbuca)
27. Noeme Ribeiro da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
28. Ilana Ribeiro Cardoso (Comunidade Quilombola Mumbuca)
29. Lucas Pereira de Jesus (Comunidade Quilombola Mumbuca)
30. Valdir Barbosa Tavares (Comunidade Quilombola Mumbuca)
31. Juelina Alves dos Santos (Ponte Alta)
32. Maria Lucília de S. Soares (Ponte Alta)
33. Evileide Vieira dos Santos (Lagoa do Tocantins)
34. José Ribeiro da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
35. Maria José Faustino Soares (Ponte Alta)
36. Valmir Ribeiro Silva (Fazenda Brejo Seco)
37. Zulmira Ribeiro da Silva (Comunidade Quilombola Cumbica)
38. Sara B. de A. Sousa (Comunidade Quilombola Mumbuca)
39. Antônio Batista (Comunidade Quilombola Mumbuca)
40. Lea Ribeiro Gomes (Comunidade Quilombola Mumbuca)
41. Aurelinda dos Passos (Comunidade Quilombola Prata)
42. Sirlene Matos da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
43. Luzia Passos Ribeiro (Comunidade Quilombola Mumbuca)
44. Ana Claudia M. Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
45. Antônio de Jesus (Comunidade Quilombola Mumbuca)
46. Francisco P. Gomes (Comunidade Quilombola Mumbuca)
47. Edilene Batista Rodrigues (Comunidade Quilombola Mumbuca)
48. Rosireide de Sousa Soares (Palmas)
49. Neemias R. da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
50. Marineide da Silva Tavares
51. Geovan Ribeiro da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
52. Irene Ribeiro da Silva (Comunidade Quilombola Boa Esperança)
53. Tiele Lopes Barbosa (Comunidade Quilombola Boa Esperança)
54. Domingas G. Bitencourt (Comunidade Quilombola Boa Esperança)
55. Daldiva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
56. Miria Ribeiro Tavares (Comunidade Quilombola Mumbuca)
57. Antônio R. da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
58. Daniela R. Tavares (Comunidade Quilombola Mumbuca)
59. Taiane Gomes Ribeiro Tavares (Comunidade Quilombola Mumbuca)

60. Edney Ribeiro Gomes (Comunidade Quilombola Mumbuca)
61. Edvan Ribeiro Gomes Matos (Comunidade Quilombola Mumbuca)
62. Samuel Costa Silva (Palmas)
63. Gessiane R. da Silva (Mateiros)
64. Wagner Pereira dos Santos (Comunidade Quilombola Mumbuca)
65. Wilton Gonçalves Pereira (Comunidade Quilombola Carrapato)
66. Rosicleia Ribeiro Pereira (Comunidade Quilombola do Prata)
67. Izaulina Patrício dos Passos Ribeiro (Comunidade Quilombola do Prata)
68. Euzivan Tavares da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
69. Leandro Silva Galvão (Comunidade Quilombola Boa Esperança)
70. Osvaldo F. Sousa (Comunidade Quilombola do Prata)
71. Oscar Ribeiro de Sousa (Comunidade Quilombola Galheiro)
72. Naildes
73. Izidoro Ribeiro da Silva (Mateiros)
74. Rosicleia Ribeiro Pereira (Comunidade Quilombola Prata)
75. Monica Silva Ribeiro (Comunidade Quilombola Mumbuca)
76. Elmira Ribeiro da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
77. Delvani R. Ribeiro (Comunidade Quilombola Mumbuca)
78. Maria Luiza Pereira (Comunidade Quilombola Galheiro)
79. José Ribeiro da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
80. Zulmira Ribeiro da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
81. Railane Ribeiro da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
82. Luzenir Ribeiro Xavier (Comunidade Quilombola Mumbuca)
83. Martina Ribeiro Tavares (Comunidade Quilombola Mumbuca)
84. Silvanete Tavares da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
85. Maria Isaura P. Gonçalves (Comunidade Quilombola Mumbuca)
86. Raquel da Silva Evangelista (Comunidade Quilombola Mumbuca)
87. Miria Ribeiro Tavares (Comunidade Quilombola Mumbuca)
88. Núbia Matos da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)

Abertura

Às 15h23, teve início a apresentação cultural de boas-vindas, com a participação das crianças da comunidade, que entoaram uma canção tradicional de recepção da Comunidade Quilombola Mumbuca. Em seguida, o senhor Arnon realizou uma apresentação musical com o instrumento viola de buriti, expressando a musicalidade típica do território.

A abertura oficial da oficina foi iniciada por João (Moderador/Plantuc) às 15h32. Ele convidou para compor a mesa de abertura diversas lideranças e representantes institucionais: Nelci, Irene, Silvanete, Dra. Noeme, Lourivaldo, Aleandro, o secretário estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcelo Lelis, Rosineide e o senhor Hamilton.

As apresentações tiveram início pelo senhor Hamilton, representante da comunidade Fazenda Nova. Na sequência, o senhor Lourival, membro da comunidade Kalunga e representante da COEQTO, agradeceu calorosamente o acolhimento da comunidade Mumbuca. O senhor Aleandro, representante da TOCAR (Tocantins Carbono), manifestou sua satisfação em participar da oficina.

A senhora Rosilene, representante da comunidade Lago Azul (município de Ponte Alta do Tocantins), também se apresentou, destacando a importância da

presença de outras comunidades quilombolas da região do Jalapão. Na sequência, Teomenilton, conhecido como “Tocha”, pastor e integrante da comunidade Mumbuca, conduziu um momento de oração.

A senhora Irene se apresentou como presidente da comunidade quilombola Boa Esperança, e a senhora Laudeci, artesã e diretora da Associação dos Artesãos de Mateiros, também se manifestou.

A senhora Silvanete agradeceu a presença de todos.

O senhor Enerci, presidente da comunidade Carrapato, também se apresentou. Por fim, a senhora Noeme, carinhosamente chamada de “Doutora” pela comunidade, se apresentou como uma das lideranças locais.

A palavra foi então passada ao secretário estadual de Meio Ambiente, Marcelo Lelis, que cumprimentou todos os presentes em nome do governador Wanderlei Barbosa. Reforçou que a mensagem do governo é de respeito às comunidades, com a intenção de escutar seus anseios e esclarecer dúvidas de forma respeitosa e transparente. O secretário destacou que, apesar de não poder permanecer para a continuidade da oficina nos dias seguintes, a servidora Marli estaria presente para garantir os esclarecimentos necessários. Encerrou sua fala destacando que o debate sobre o REDD+ deve necessariamente incluir o agronegócio, por ser o principal responsável pelas emissões oriundas do desmatamento no estado.

Marli (Ponto Focal do Estado) Iniciou sua participação se apresentando como servidora pública com mais de 30 anos de atuação, ressaltando que, nos últimos anos, decidiu se especializar na temática do mercado de carbono. Explicou, de forma didática, como ocorre o armazenamento do gás carbônico na natureza e a dinâmica de sua comercialização. Para isso, utilizou desenhos no flip chart, representando o ciclo do carbono e o funcionamento do efeito estufa. Na sequência, relatou: “Um indígena da Ilha do Bananal me disse que antes andava descalço pela mata, mas hoje não consegue mais, porque o chão está tão quente que queima os pés.” A citação foi usada para ilustrar as percepções locais sobre os efeitos das mudanças climáticas. Para facilitar a compreensão do conceito de crédito de carbono, comparou com a venda de galinha na feira: “É como vender uma galinha por R$120,00. Você sabe quantas galinhas tem, mas não sabe ainda quanto vão pagar. Assim funcionam os créditos de carbono: sabemos a quantidade, mas o valor depende do mercado.”

Explicou que o cálculo do desmatamento evitado é feito a partir da análise de todo o território do estado, e não de áreas individuais. A partir disso, os benefícios são repartidos entre todos que preservam e contribuem com o cumprimento das metas estaduais de redução do desmatamento, incluindo comunidades, órgãos públicos como Naturatins e Polícia Militar Ambiental, e produtores rurais. Reforçou que grandes produtores também podem ser beneficiados, desde que efetivamente reduzam o desmatamento em suas áreas. No entanto, para definir quanto deve ser reduzido, é necessário, antes, mensurar o volume atual de degradação ambiental em todo o estado.

Após, José (Comunidade Mumbuca) perguntou se os países que desmataram muito pagam os outros?

Em resposta à Marli (Ponto Focal do Estado), disse que grandes empresas emitem gases poluentes, citando como exemplo as indústrias de automóveis e aviação. Mencionou também a questão da venda de produtos, explicando que, quando não se consegue vender, é necessário reduzir o preço, comparando essa lógica com a futura venda dos créditos de carbono no estado.

Marcello Lelis (Estado) pediu a palavra e relatou um caso de um evento em que participou, no qual estavam presentes CEOs de grandes empresas, como Amazon, L'Oréal e outras. Comentou brevemente que empresas que possuem o REDD privado, precisam seguir as mesmas orientações e regras jurisdicionais previstas em lei para aderir ao programa. Disse que o valor da tonelada de carbono no Tocantins não está definido e que o preço dos créditos do Estado, também não foram estabelecidos ainda, mas que, se tudo funcionar bem, quando forem negociados no mercado, brigarão pelo melhor preço.

O participante José (Comunidade Mumbuca) perguntou de quem eles vão cobrar respostas sobre o Redd.

Em resposta, Marcello (Estado) disse que a cobrança será feita às pessoas da comunidade que atuam em várias instâncias do governo. Esclareceu que o governo não vai usar a parte destinada à comunidade, pois os recursos terão uma parcela específica para ela. Citou órgãos de governança que irão gerir esses recursos. Perguntou: "Por que estamos aqui?" e respondeu que era justamente para ouvir os residentes da região e as comunidades que terão que decidir como os recursos, que serão parte delas, serão utilizados.

A participante Aldina (Comunidade Quilombola Mumbuca) afirmou que sua comunidade veio de um contexto de escravidão e que, historicamente, realizava manualmente o trabalho de plantio. No entanto, hoje existem tecnologias que realizam essas atividades que antes eram feitas de forma manual. Ela ressaltou a importância de elaborar um projeto voltado à manutenção do programa, com garantias de que as comunidades não serão exploradas nem submetidas a condições análogas à escravidão.

Em resposta, Marcello Lelis (Estado) afirmou que o REDD não está acima da Constituição brasileira e que todas as ações realizadas dentro do programa, inclusive o desmatamento, devem respeitar os limites legais estabelecidos. Ele citou exemplos de categorias que podem ser contempladas dentro das comunidades em prol da preservação ambiental, mas destacou que é fundamental garantir a validação do Código Florestal Brasileiro. Acrescentou ainda que os recursos provenientes do programa serão destinados às comunidades.

Após isso, João (Moderador/Plantuc) pediu a palavra para explicar a dinâmica das falas durante o primeiro dia da oficina.

Na sequência, o participante Martins (Mateiros) pediu a palavra e questionou por que o governo não definiu o preço antes de iniciar o processo das oficinas. Relatou que foi prefeito no ano de 2000, quando foi criado o Parque Estadual do Jalapão. Afirmou que não irá apoiar a iniciativa caso o valor não seja previamente esclarecido.

Em resposta, Marcello Lelis (Estado) explicou que existe o processo da consulta

livre, prévia e informada, e que, antes de os créditos serem gerados, há diversos fatores a serem considerados, entre eles, a demanda. Informou que o Estado contratou a Universidade Federal de Goiás para realizar o cálculo da quantidade de carbono existente no território, utilizando um computador específico para essa finalidade. Disse ainda que uma empresa da Espanha virá até o Tocantins para verificar os processos das oficinas que estão ocorrendo nas comunidades. Acrescentou que os créditos de carbono do Estado serão apresentados ao mercado internacional, e que o valor dependerá da oferta e da procura. Mesmo que haja poucos créditos disponíveis, vão buscar pelo melhor preço possível.

O participante Martins (Mateiros), mais uma vez, questionou: *"E se o preço estiver abaixo do valor de mercado, o Estado ainda assim vai vender?"*

Aleandro Lacerda (Tocantins Parcerias/Topar) afirmou que o estado do Tocantins é o primeiro no mundo a implementar esse tipo de mercado. Ressaltou que muitos países não têm condições de criar novas florestas, mas serão obrigados a comprar créditos de carbono. Explicou que, no momento da venda, a empresa Mercuria (parceira internacional do Tocantins no JREDD+) tem dialogado com grandes empresas, como L'Oréal e Amazon, para tratar da comercialização dos créditos. Informou ainda que o Estado tem se empenhado em registrar a quantidade de carbono existente em seu território e que continuará trabalhando de forma estruturada nesse processo.

A participante Laurinda (Comunidade Mumbuca) pediu a palavra e relatou que foi criada na região, onde seus pais plantavam para subsistência. Ressaltou que, na época, o Naturatins (se referiu ao Instituto Natureza do Tocantins) nunca aparecia por lá. Afirmou que, se a comunidade não entender o que é o REDD, ficará preocupada, e por isso é necessário o apoio do governo nesse processo. Disse ter grande consideração pela terra onde vive e que a comunidade pretende permanecer na região, cultivando e mantendo suas tradições. Acrescentou que participam de espaços como a oficina justamente para buscar conhecimento e compreender melhor o que está sendo proposto.

Marcello Lelis (Estado) respondeu dizendo para que não se preocupasse, pois ao longo da reunião seriam dadas muitas explicações detalhadas. Afirmou que aquela preocupação era uma interpretação pessoal dela, mas garantiu que o conhecimento tradicional da comunidade não será desvalorizado ou interferido por ninguém, e que a forma de vida deles está assegurada. Destacou que o governador Wanderlei (atual governador do Estado do Tocantins) tem grande preocupação com o povo tocantinense e reforçou que o programa não é papo furado. Concluiu dizendo que, durante a oficina, tudo seria esclarecido.

Novamente, João (Moderador/Plantuc) pediu a palavra para informar sobre os próximos passos da continuidade da oficina naquele dia. Em seguida, os participantes foram convidados a fazer uma pausa para o lanche que estava sendo servido.

Às 17h37, após o intervalo para o lanche, os participantes retornaram às atividades da oficina.

João (Moderador /Plantuc) – Passou a palavra para Andrea, informando que ela faria algumas considerações.

Andrea, apresentou-se como integrante da ACAPPM (Associação Comunitária dos Artesãos e Pequenos Produtores de Mateiros). Iniciou suas observações relembrando que a última vez que o Estado do Tocantins criou uma unidade de conservação foi no ano de 2021. Ressaltou que, enquanto o Estado não der atenção efetiva à criação e gestão de áreas protegidas, a preservação dos recursos naturais continuará sendo um processo precário.

Ela ainda afirmou que não se pode levar um programa de desenvolvimento como o JREDD+ para dentro das comunidades sem, antes, regularizar a situação fundiária dos territórios quilombolas. Enfatizou que essa regularização é uma condição básica para que as comunidades possam acessar benefícios de forma equitativa e segura. Comentou ainda que diversas comunidades do Jalapão já possuem projetos aprovados em editais, como os do BNDES, mas que, mesmo assim, permanecem em desvantagem quando comparadas aos programas voltados ao agronegócio, que recebem incentivos substancialmente maiores. Finalizou sua fala demonstrando preocupação central com a questão da regularização fundiária, considerada por ela a principal demanda das comunidades quilombolas da região.

Marcelo Lelis (Estado) agradeceu a fala de Andrea, reconhecendo a importância das reflexões apresentadas. Afirmou que o JREDD+ surge justamente com o objetivo de tentar equilibrar a relação entre meio ambiente e agronegócio, criando mecanismos para valorizar a conservação. Reforçou que, embora a soja seja uma commoditie que impulsiona a economia do Estado, o programa JREDD+ oferece uma nova voz ao meio ambiente. Destacou que, por essa razão, muitos empresários do setor agrícola resistem à implementação do programa. Mencionou que o Estado do Tocantins possui cerca de 13 milhões de toneladas de créditos de carbono aptos para negociação, e que esse ativo poderá ser utilizado como instrumento estratégico na luta contra a degradação ambiental. Citou a plataforma CIGMA (Central de Inteligência e Gestão do Meio Ambiente), desenvolvida com recursos de pré-investimento do JREDD+, como ferramenta de monitoramento do desmatamento. Informou que a plataforma possui dados sistematizados dos últimos 40 anos, permitindo análises mais precisas sobre a evolução da perda de cobertura vegetal no Estado.

Repartição do Benefício

O encontro prosseguiu e João (Moderador/Plantuc) agradeceu a presença da diretora da escola, Elisângela, destacando sua colaboração ao ceder o espaço para a realização da oficina.

Oziel (Comunidade Mumbuca) pediu a palavra e questionou novamente sobre o valor da tonelada do crédito de carbono e quis saber se já há uma estimativa de preço. Perguntou também para onde será direcionado o recurso quando os créditos forem comercializados. Além disso, solicitou esclarecimentos sobre os próximos passos do Programa JREDD+.

Em resposta, Marli (Ponto Focal do Estado) elogiou a pertinência da pergunta e explicou que o JREDD+ remunera a redução de emissões de gases de efeito estufa provenientes de desmatamento e degradação florestal. Informou que, para definir a repartição dos benefícios, foi realizado um levantamento abrangente sobre os diversos tipos de territórios existentes no estado: terras indígenas, quilombolas, de agricultores familiares, áreas do agronegócio e terras

públicas estaduais. Explicou que foi definido um período de referência para o cálculo das emissões, correspondente aos anos de 2015 a 2019. A partir desse intervalo, é feita uma média da degradação registrada, que servirá como base (linha de referência) para as medições subsequentes, realizadas em ciclos de cinco anos.

Prosseguiu dizendo que foram adotadas duas abordagens no cálculo: por categoria fundiária e por tipo de emissões (estoque e fluxo). Esclareceu que os territórios PIQPCTAF (Povos Indígenas, Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares) detêm grande estoque de carbono. O Estado, por sua vez, possui tanto estoque quanto fluxo, devido às queimadas recorrentes. Já as terras privadas, especialmente do agronegócio, têm parte significativa de seu estoque nas Áreas de Preservação Permanente (APPs), mas apresentam elevado fluxo por conta das queimadas. Com base nessa análise, definiu-se a seguinte proposta de repartição de benefícios: 25% dos créditos para os PIQPCTAF, 25% para o agronegócio e 50% para o Estado.

Informou também que estão previstas 47 oficinas em todo o estado, sendo seis específicas para os territórios quilombolas, organizadas por região, e outras seis para agricultores familiares. Para os povos indígenas, não soube precisar o número exato de oficinas, considerando a complexidade dos idiomas e especificidades culturais. Explicou que, em cada oficina, serão indicados representantes das comunidades. No caso da oficina de Mumbuca, serão escolhidos quatro representantes. Ainda informou que durante o período de 30 dias destinado à consulta online, ocorreram três reuniões em Palmas, sendo uma delas específica com os representantes quilombolas, com o objetivo de capacitá-los para compreender, avaliar e deliberar sobre os temas que serão votados virtualmente. Destacou que, ao final da consulta, será realizada uma audiência pública em que os representantes escolherão a prioridade de investimento do Programa. Em seguida, haverá uma plenária para a apresentação das prioridades de cada grupo. Essas informações serão consolidadas e publicadas no site oficial, e os recursos serão disponibilizados por meio de editais, acessados por associações aptas a apresentar projetos.

Reforçou que os recursos não são empréstimos, e sim doações com obrigatoriedade de prestação de contas. O acompanhamento será realizado de forma compartilhada pelo Estado e pelas comunidades, por meio das instâncias de governança, que garantem assentos para os representantes dos territórios. Explicou que a estrutura de governança contará com três instâncias colegiadas, compostas por seis assentos da sociedade civil, seis de órgãos do Estado e um da SEMARH, com voto de minerva. Informou ainda que será criada uma Unidade Gestora do Programa na SEMARH, responsável pela operacionalização dos projetos e pelo encaminhamento dos recursos junto ao Fundo Clima.

Na continuidade, João (Moderador/Plantuc) ressaltou que diversos temas estão sendo abordados ao longo da oficina e informou que, na manhã seguinte, seria apresentado o caminho metodológico completo do funcionamento do Programa JREDD+.

A participante Genifer (ACAPPM) pediu a palavra e fez uma pergunta direcionada aos comunitários, questionando até que ponto estavam compreendendo o funcionamento do JREDD+. Voltou a mencionar a repartição dos benefícios, apontando que os territórios mais preservados são os dos PIQPCTAF.

Questionou como a divisão dos percentuais foi definida antes da realização da CLPI (Consulta Livre, Prévia e Informada), argumentando que a consulta deveria anteceder tais decisões. Citou a nova legislação federal sobre repartição de benefícios e questionou também quem será o comprador dos créditos gerados.

Ilana (Comunidade Mumbuca) solicitou a palavra e sugeriu que seria interessante visitar uma comunidade onde o JREDD+ já esteja em implementação, com o intuito de trocar experiências e avaliar se o modelo está funcionando. Perguntou ainda ao secretário como será organizada a participação das comunidades na COP30.

Marli (Ponto Focal do Estado) retomou a fala para responder às novas perguntas. Explicou que, no JREDD+, não é permitida a dupla contabilidade de emissões. Reforçou que existem dois tipos principais de projetos de REDD+: os privados e os jurisdicionais. No projeto privado, a iniciativa parte da comunidade, com apoio de um desenvolvedor responsável por estruturar o projeto. Já no modelo jurisdicional, como é o caso do Tocantins, a legislação estabelece que o projeto pertence ao Estado. Reforçou que o REDD+ se refere à redução das emissões (fluxo), e não à conservação pura e simples de estoques de carbono. Informou que, conforme o padrão ART TREES, os cálculos e contratos de comercialização têm validade até o ano de 2030. Por fim, explicou que há dois tipos de mercado para créditos de carbono: o mercado voluntário e o mercado regulado, e que ambos possuem regras específicas de funcionamento, contratos e formas de verificação.

Logo após, Marli (Ponto Focal do Estado), por meio de uma simulação utilizando o flip chart, explicou como funciona o processo de compensação por parte das empresas que não conseguem reduzir suas emissões. Segundo ela, essas empresas precisam compensar suas emissões por meio da preservação de florestas. Explicou também que, a cada cinco anos, os países devem informar à ONU (Organização das Nações Unidas), quanto emitia em determinado período e comprovar que, nos cinco anos seguintes, emitiu menos, até zerar as emissões.

Marli (Ponto Focal do Estado) continuou explicando que o JREDD+ é um instrumento econômico, mas com prazo de validade, ele não é para sempre. A cada cinco anos, é necessário cumprir metas de redução de emissões. Os cento e oitenta países que assinaram o Acordo de Paris, na França, assumiram o compromisso de reduzir progressivamente suas emissões de gases poluentes, e que a cada cinco anos, as emissões devem ser menores do que as anteriores. Ela citou um exemplo, fazendo uma analogia: se uma empresa emitia duzentas toneladas por ano, nos próximos cinco anos deverá reduzir suas emissões para oitenta toneladas. Com base nessa explicação, afirmou que vai chegar um momento em que ninguém mais será obrigado a comprar créditos e, ao mesmo tempo, as empresas não conseguirão continuar reduzindo suas emissões. Por isso, enfatizou que, se o Estado não aproveitar agora essa oportunidade nesse momento, poderá não ter outra chance no futuro.

O representante público, Aleandro (Tocantins Carbono/TOCAR) destacou a importância de Marli (Ponto Focal do Estado) reforçar aos participantes que o estado do Tocantins possui uma safra de créditos de carbono acumulados do passado.

Em resposta, Marli (Ponto Focal do Estado) afirmou que essa informação já havia sido apresentada anteriormente e esclareceu que o Estado está analisando os créditos referentes ao período de 2020 a 2024.

Aleandro (Tocantins Carbono/TOCAR) disse que quem for querer aderir um JREDD+ privado tem que esperar mais ou menos uns 5 anos para comercializar os créditos. Citou que sempre que pergunta sobre as necessidades para a população, sempre falam de melhorias na educação e na saúde, mas não sobre nada para a área ambiental. Disse que para registar carbono é algo em 20 milhões de dólares, mas quando chega dinheiro público as pessoas vêm e pedem, no entanto, esse dinheiro precisa de ter prestações de conta. Mencionou que Piauí e Maranhão assinaram recentemente contratos de REDD+ semelhantes ao que está acontecendo no TO. Estão falando de um projeto que já tem 4 anos que vem sendo trabalhado no Tocantins, registrando carbono de 5 anos anteriores. Disse que os novos se começar hoje, apenas em 2029 que poderá ser comercializado.

Aleandro (Tocantins Carbono/TOCAR), afirmou que aqueles que desejam aderir a um projeto de REDD+ privado devem estar cientes de que a comercialização dos créditos de carbono só será possível, após cinco anos depois da adesão. Ele também informou que o projeto que está em andamento no Tocantins tem quatro anos, e desde esse período vem registrando carbono referente aos cinco anos anteriores. Ele enfatizou que, caso um novo projeto seja iniciado agora, a expectativa é que a comercialização dos créditos só aconteça por volta de 2029.

Citou exemplos de como os recursos devem ser utilizados, incluindo os tipos de solicitações que os compradores esperam das comunidades. Também foram destacados os itens que podem ser adquiridos com os recursos, bem como o da porcentagem que será destinada ao governo. Além disso, citou a dificuldade enfrentada por certos órgãos públicos que podem ser contemplados com os recursos que virão, que muitas vezes não conseguem atender às demandas da população devido à falta de recursos.

Evileide (Comunidade Lagoa Azul), afirmou que muitas das dúvidas levantadas já haviam sido esclarecidas anteriormente em outro evento que tratou sobre o REDD+. Ela compreende que algumas pessoas ainda não entenderam completamente, mas acredita que isso acontecerá com o tempo. Pediu à equipe que entendam as desconfianças da comunidade, pois sempre foram minorias e muitas vezes se sentiram enganados. Segundo Evileide (Comunidade Lagoa Azul), a preservação ambiental já é uma prática comum entre eles, a diferença agora é que receberão por isso. Ressaltou que a comunidade não preserva apenas pensando em evitar queimadas, mas também adota diferentes formas de reduzir a emissão de gases. Para ela, é fundamental que a preservação não seja motivada apenas pelo retorno financeiro, mas, sobretudo, pelo compromisso com as futuras gerações.

Marcello Lelis (Estado), parabenizou os participantes pelas contribuições nas falas e destacou que a compra dos créditos será feita de forma voluntária, ou seja, os compradores não serão obrigados a adquiri-los. Ele ressaltou que os recursos provenientes dessas vendas irão viabilizar e apoiar o desenvolvimento

de tecnologias que começarão a ser implementadas nas comunidades.

Em resposta à fala de Ilana (Comunidade Mumbuca), Marcello Lelis (Estado) afirmou que o Tocantins é pioneiro no mundo na modalidade de JREDD+ atualmente em curso. Citou exemplos de países da América do Sul, como Guiana e Suriname, que já realizaram programas de REDD+ e concluíram a venda de créditos, ou estão agora na fase final dos respectivos processos.

Durante o encontro, uma outra participante perguntou se seria possível visitar locais onde programas de REDD+ já foram realizados. Em resposta, Marcello Lelis (Estado) disse que o Estado pode organizar uma comitiva para visitar outras regiões que já passaram por essa experiência.

Na sequência, falou brevemente sobre a COP30, comentou que ainda não há definições sobre como o evento ocorrerá, mas alertou que as pessoas devem se preparar para as condições específicas da Amazônia, especialmente em relação ao transporte e à hospedagem.

Ilana (Comunidade Mumbuca) comentou que pesquisou sobre a cidade onde será realizada a COP30 e tomou conhecimento de diversas situações locais. No entanto, destacou que não se pode maquiar a realidade do local, a forma que se encontra no momento para o evento.

Ela também relembrou que se fala muito sobre o turismo no Jalapão, especialmente o ecoturismo, mas são as comunidades que de fato preservam o território e, ainda assim, são pouco contempladas com recursos desse tipo de turismo. Ressaltou a necessidade de direcionar mais investimentos para essas comunidades, já que o Jalapão é conhecido e promovido internacionalmente, mas os benefícios financeiros acabam sendo limitados para quem realmente cuida da região. Segundo ela, é fundamental que as comunidades sejam valorizadas e beneficiadas da mesma forma que o Jalapão é exaltado lá fora.

Marcello Lelis (Estado) agradeceu a presença de todos os participantes e reforçou a importância da contribuição de cada um no encontro.

João (Moderador/Plantuc) repassou a programação do dia seguinte, informando os horários das atividades, e avisou que um jantar estava sendo servido para todos os presentes.

O encontro foi encerrado às 19h14.

DIA 2: QUARTA-FEIRA, 09 DE JULHO DE 2025

PARTICIPANTES

1. Hamilton Ribeiro de Jesus (Comunidade Quilombola Fazenda Nova)
2. Jaliara B. Silva (Comunidade Quilombola Fazenda Nova)
3. Aldina Batista Dias dos Santos (Comunidade Quilombola Carrapato)
4. Genifer Silveira de Oliveira (ACAPPM - Associação Comunitária dos Artesãos e Pequenos Produtores de Mateiros)
5. Aurelinda dos Passos (Comunidade Quilombola Prata)
6. Sirlene Matos da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)

7. Elizabete Melquiades (Comunidade Quilombola Mumbuca)
8. Aguinaldo Comunidade Quilombola Mumbuca)
9. Carmosina P. de Jesus (Comunidade Quilombola Fazenda Nova)
10. Luzia Passos Ribeiro (Comunidade Quilombola Mumbuca)
11. Ana M. Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
12. Antonia de Jesus (Comunidade Quilombola Mumbuca)
13. Enerci Matos Mendes - (Comunidade Quilombola Carrapato)
14. Francisco P. Gomes (Comunidade Quilombola Mumbuca)
15. Edilene Batista Rodrigues (Comunidade Quilombola Mumbuca)
16. Teomenilton Almeida Santos - (Comunidade Quilombola Mumbuca)
17. Rosireide de Sousa Matos (Comunidade Quilombola Mumbuca)
18. Nemias Ribeiro da Silva (Palmas)
19. Marineide da Silva Tavares
20. Evileide Vieira dos Santos (Lagoa do Tocantins)
21. Geovan Ribeiro da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
22. Wesley Brito Rocha (Palmas)
23. Alemão Lacerda (Palmas)
24. Ana Karla Feitosa (Palmas)
25. Alana Cristina de Santana (Palmas)
26. Arlethe C. Santos Borges (Cavalcante - GO)
27. Aurienia Painkao (Palmas)
28. Irene Ribeiro da Silva (Comunidade Quilombola Boa Esperança)
29. Tuele Lopes Barbosa (Comunidade Quilombola Boa Esperança)
30. Domingas G. Bitencourt (Comunidade Quilombola Boa Esperança)
31. Maria José Faustino Soares (Ponte Alta)
32. Oaldiva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
33. Leandro Silva (Comunidade Quilombola Boa Esperança)
34. Otoni Carvalho (Comunidade Quilombola Boa Esperança)
35. Míria Ribeiro Tavares (Comunidade Quilombola Mumbuca)
36. Antônio R. da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
37. Daniela R. Tavares (Comunidade Quilombola Mumbuca)
38. Taiane Gomes Ribeiro Tavares (Comunidade Quilombola Mumbuca)
39. Ediney Ribeiro Gomes (Comunidade Quilombola Mumbuca)
40. Elvon Ribeiro Gomes (Comunidade Quilombola Mumbuca)
41. Maria Lucilia de S. S. Oliviera
42. Samuel Costa Salo (Palmas)
43. Sara B. de Almeida Sousa (Comunidade Quilombola Mumbuca)
44. Adelice C. Cirqueira (Mateiros)
45. Geissiane C. da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
46. Yan Castro Sodré Jorge (Palmas)
47. Wagner Pereira dos Santos (Comunidade Quilombola Mumbuca)
48. Valmi Ribeiro da Silva
49. Davi
50. Patrícia Dias Rocha (Palmas)
51. Andrea Braga de Lira (Porto Nacional)
52. Pedro Henrique de Sousa (Palmas)
53. Ioneide R. de Sousa (Comunidade Quilombola Prata)
54. Ana Paula
55. João Guilherme da S. Sousa (Comunidade Quilombola Prata)
56. Jovair
57. Amauri
58. Mathias

59. Uilha
60. Theo
61. Ana Beatriz
62. Apolo
63. Carlos Eduardo
64. Marcelo P. da Silva
65. Lucas
66. Isís
67. Rosa
68. Luiza
69. Guilherme
70. Oziel A. de Souza (Comunidade Quilombola Mumbuca)
71. Rafaella Carvalho Alves (Lagoa da Confusão)
72. Eugenia Carla Ribeiro da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
73. Railane Ribeiro da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
74. Juelina dos Santos (Comunidade Quilombola Lagoa Azul)
75. Jarlene Alves de Santana (Palmas)
76. Mônica Silva Ribeiro (Comunidade Quilombola Mumbuca)
77. Andrea Lambertioci (Mateiros)
78. Laudeci Ribeiro de Sousa Monteiro (Mateiros)
79. Luzane Ribeiro Xavier (Comunidade Quilombola Mumbuca)
80. Núbia Matos da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)

Abertura

As atividades do segundo dia da oficina tiveram início às 8h42.

João (Moderador/Plantuc) agradeceu a presença da liderança Ana Mumbuca, destacando sua participação na oficina, e informou que ainda havia participantes a caminho, mas que seria oportuno iniciar os trabalhos.

Na continuidade, Ana Paula (Estado) convidou a participante Sirlene Matos (Comunidade Mumbuca) para recitar um poema de sua autoria. Ela realizou a recitação do poema, que foi bem recebida pelos presentes.

Logo após, João (Moderador/Plantuc) retomou a palavra, relembrando que, no dia anterior, várias dúvidas foram esclarecidas com o secretário de Meio Ambiente. Explicou que o foco do dia seria desenhar o caminho metodológico da oficina. Sugeriu que todos se reunissem em roda para se apresentarem.

Após a apresentação dos participantes e um momento de oração, João deu prosseguimento. Ele destacou a importância de traçar os objetivos da oficina. O primeiro objetivo, segundo ele, seria compreender o que é o JREDD+. Ressaltou que não se trata de dominar completamente o assunto em três dias, mas de ampliar o entendimento sobre o tema.

O participante José complementou dizendo que é essencial aprender para poder levar esse conhecimento às demais comunidades.

Na sequência, João (Moderador/Plantuc) acrescentou que outro objetivo da oficina é ouvir as necessidades de cada comunidade, a fim de incorporar essas demandas à estruturação do Programa JREDD+. Também informou que será

realizada a escolha de quatro representantes da comunidade para participarem da audiência pública do programa.

José (Comunidade Mumbuca) perguntou se a escolha dos representantes seria feita posteriormente, sugerindo a possibilidade de levar o debate para a comunidade antes de indicar os nomes.

Em resposta, João (Moderador/Plantuc) explicou que a escolha deveria ser realizada até o último dia da oficina, motivo pelo qual os participantes já deveriam começar a refletir sobre os nomes a serem indicados. Apresentou a programação consensuada para os próximos dias: início das atividades às 8h, lanche às 10h, almoço ao meio-dia, retorno às 13h30, novo lanche às 16h e encerramento previsto para às 17h. Iniciou o debate temático com uma pergunta direcionada ao senhor Juracir: como ele ensina a um jovem os conhecimentos sobre a lida com a roça.

O participante Juracir pediu a palavra e respondeu que primeiro leva o menino para conhecer a terra, ensina a identificar as áreas produtivas e as que não são, e o coloca para trabalhar no local indicado.

Mais uma vez em resposta, João (Moderador/Plantuc) concordou com a fala e reforçou a ideia de que o aprendizado se dá pela prática, e que o primeiro passo é encontrar um solo fértil. Propôs, então, a divisão dos participantes em dois grupos, com apoio da equipe da SEMARH, para que pudessem debater entre si. A proposta era que um grupo explicasse ao outro o que entendeu sobre o JREDD+, promovendo assim a troca de saberes.

A participante Sara (Comunidade Mumbuca) solicitou a palavra e perguntou se os participantes poderiam tirar dúvidas antes da formação dos grupos. João (Moderador/Plantuc) respondeu que a equipe da SEMARH (incluindo Marli, Isabel e outros técnicos) estaria acompanhando os grupos para esclarecer dúvidas, e aquelas que não fossem sanadas nesse momento seriam trazidas à plenária para discussão coletiva.

Sara (Comunidade Mumbuca) relembrou a existência de dois tipos de REDD+: o privado e o jurisdicional. Expressou dúvida sobre o funcionamento do modelo privado, observando que, aparentemente, ele seria mais vantajoso para a comunidade, já que permitiria reter mais de 70% dos recursos, enquanto no modelo do governo os valores são divididos com outras partes.

Marli (Ponto Focal do Estado) iniciou sua explicação esclarecendo os elementos necessários para a criação de um projeto de carbono. Informou que é preciso um gerador do projeto que, no modelo jurisdicional, é o Estado, e no privado, é a própria comunidade. Também é necessário contar com um desenvolvedor, que realiza os cálculos de carbono e verifica a quantidade passível de comercialização. Esclareceu que, no modelo privado, o desenvolvedor cobra por seu serviço. Explicou ainda que o projeto precisa seguir um padrão metodológico, realizar auditoria (validação por terceiro) e efetuar o registro oficial, este último pago, como se fosse um cartório. Deu como exemplo o caso da Ilha do Bananal, onde a comunidade não dispunha dos recursos para financiar essas etapas. Nesse caso, o desenvolvedor se comprometeu a arcar com os custos, mas em troca exigiu uma parcela maior dos créditos futuros.

Lembrou que, mesmo após dois anos, os créditos da Ilha do Bananal ainda não foram vendidos. Reforçou que comunidades quilombolas podem, sim, desenvolver seus próprios projetos privados de carbono, mas que se trata de um processo complexo, caro e que leva cerca de três anos para ser estruturado. Alerta ainda que os créditos gerados nesse tipo de projeto são abatidos do total que o Estado tem disponível para comercializar, ou seja, não é possível fazer dupla contabilidade.

Sara (Comunidade Mumbuca) ainda perguntou se o JREDD+ é uma empresa que presta serviços para o governo.

Em resposta, Aleandro (Tocantins Carbono/TOCAR) disse que todos os envolvidos no projeto JREDD+ são representantes do governo, e que não se trata de uma empresa privada. Relatou que o mercado privado de carbono tem pouca aceitação do que o modelo jurisdicional, justamente por estar sujeito à fiscalização de órgãos como o Tribunal de Contas, o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal e a Funai. Disse que o mercado não tem confiança no modelo privado, por conta de episódios de dupla contabilidade de créditos.

Marli (Ponto Focal do Estado) Lembrou de uma matéria publicada no dia anterior que criticava o REDD+ por supostamente não ouvir as comunidades e não realizar a regularização fundiária. Disse compreender que existam medos e resistências, mas ressaltou que os servidores públicos envolvidos no programa também estão sujeitos à fiscalização por parte da Controladoria-Geral do Estado, Ministério Público, entre outros. Reforçou que o JREDD+ está cumprindo a obrigação de realizar consultas públicas, conforme previsto no plano de projeto do programa. Reconheceu que cada comunidade possui seus próprios anseios, mas pontuou que o programa não é uma solução milagrosa para a dívida histórica de mais de 500 anos do Estado com os povos quilombolas. Trata-se de um recurso semente que pode funcionar com a participação ativa das comunidades na fiscalização do programa. Concluiu dizendo que não se deve esperar pela regularização fundiária para dar continuidade ao JREDD+, e que o programa não interfere na posse ou propriedade da terra de ninguém.

Andreia (ACAPPM) – Perguntou onde os participantes poderiam acompanhar os próximos passos após a realização das oficinas.

Marli (Ponto Focal do Estado) Informou que existe um sistema de governança para a tomada de decisões. Explicou que o Fundo Clima possui o CEVAT (Comitê Estadual para Validação e Acompanhamento de Projetos de REDD+) composto por 13 membros. No entanto, ressaltou que a definição das prioridades de investimento será feita na audiência pública, por meio da escolha dos representantes comunitários.

Lorival (COEQTO) Complementou a fala de Marli sobre os projetos privados, observando que, além da vontade da comunidade, é necessário que a terra esteja devidamente regularizada. Considerou que essa exigência representa um entrave significativo para muitas comunidades quilombolas, em função da insegurança fundiária.

Evileide (Comunidade Lagoa Azul) Pediu a palavra com o intuito de tranquilizar os participantes, relatando que ela própria já teve dúvidas semelhantes. Disse ter

compreendido que o JREDD+ não é uma empresa privada atuando na preservação, mas sim um esforço coordenado por estudiosos e servidores públicos, como Marli, que visam gerar benefícios reais para as comunidades por meio da conservação ambiental. Pediu paciência, reforçando que as dúvidas seriam sanadas ao longo da oficina.

João (Moderador Plantuc) Encerrou o momento solicitando a divisão dos participantes em dois grupos, traçando uma linha no centro da plateia, e informou que a atividade em grupos se iniciaria após o lanche.

Os participantes retornaram à quadra, onde ocorreu a oficina, às 11h08. Em seguida, João (Moderador/Plantuc) solicitou que se organizassem em grupos, conforme orientação dada, para discutirem, em conjunto, o que entendiam sobre o conceito de REDD.

O encontro da manhã foi encerrado às 12h37, e os participantes foram convidados a se dirigir ao almoço.

Período da Tarde

Após o almoço, os participantes retornaram à plenária às 14h20 para dar continuidade à oficina.

João (Moderador/Plantuc), iniciou a fala e convidou a todos a ficarem de pé para a realização de uma dinâmica, a qual instruiu sobre como fazê-la.

Em seguida, falou sobre o caminho que a organização tem trilhado com relação ao REDD+, abordando os próximos temas que ainda serão discutidos. Na sequência, convidou os grupos a apresentarem os resultados das discussões realizadas anteriormente.

O Grupo 1 iniciou sua apresentação explicando o significado da sigla REDD+, detalhando cada uma das palavras da sigla e destacando que o objetivo principal é a redução dos gases de efeito estufa. Explicaram como esses gases impactam o clima, provocando sensações de calor intenso, secas extremas e enchentes principalmente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, enquanto no Norte e Nordeste, os efeitos mais comuns são as secas prolongadas.

O grupo apontou que esses gases são emitidos, principalmente, por queimadas e pela emissão de veículos automotores. Falaram também sobre a importância do reflorestamento, comparando com a prática tradicional nas roças, onde se planta e se cuida da terra.

Ressaltaram que o aumento do aquecimento global está muito ligado às ações dos grandes poluidores, e que esses atores também devem assumir o compromisso com a preservação. Finalizaram destacando que o REDD+ não alterará o modo de vida da comunidade Mumbucana, que já vive em harmonia com o meio ambiente, inclusive com os animais da fauna local.

Enerci (Comunidade Carrapato) questionou como fica a situação após o fim do contrato. Genifer (ACAPPM) em resposta a Enerci e aos demais, foi explicado

que a data-limite para a venda de créditos de carbono é até 2030, seguindo o padrão ART TREES. Até essa data, todos os estados que desejarem comercializar seus créditos poderão fazê-lo. Informou ainda que o Estado já calculou a quantidade de área preservada em seu território, e que, pela lógica, será possível realizar ainda dois contratos de venda de carbono: o primeiro referente ao período de 2020 a 2024, e o segundo de 2025 a 2029.

Grupo 2 iniciou sua apresentação comentando que muitas pessoas questionaram por que o Estado não apresentou anteriormente o programa REDD+. O grupo afirmou que focou suas falas nas preocupações da comunidade, destacando que enxergam o projeto como um ato de fé, algo que ainda não é visível, mas do qual se esperam frutos benéficos para a sociedade e para o Estado. O grupo demonstrou preocupação com o uso do fogo, afirmando que ele contribui para a degradação ambiental. Ressaltaram que já aderiram ao compromisso de preservar, e que o programa REDD+ não deve alterar suas práticas, pois a preservação já faz parte da rotina da comunidade.

Foi citado o exemplo do Jalapão, que permaneceu por muito tempo sem queimadas, mas que, ao ser atingido pelo fogo, teve muitas plantas do Cerrado destruídas. Explicaram que, quando o fogo demora a acontecer, a vegetação nativa do Cerrado, torna-se ainda mais vulnerável e não resiste.

O apresentador do grupo, Teomenilton (Comunidade Mumbuca), compartilhou uma reflexão pessoal: disse sentir-se em parte responsável por, apesar de fazer parte de uma associação, nem sempre participa de encontros importantes ou busca se informar adequadamente. Para ele, o REDD+ pode ser um projeto muito positivo, mas, caso haja erros no processo, todos os envolvidos serão afetados juntos.

Teomenilton (Comunidade Mumbuca) contou ainda uma história do passado em que sentiu medo, relacionando esse sentimento à sua atual insegurança em relação ao REDD+. Disse que já havia escutado sobre o programa há cerca de dois anos e reforçou a importância de repassar o conhecimento adquirido para outras pessoas da comunidade. Destacou que os governos passam, mas os projetos permanecem, e enfatizou que estudantes universitários deveriam estar presentes em encontros como esse, pois são o futuro da comunidade. Finalizou afirmando que o conhecimento depende da vontade de quem quer aprender e que eventos como esse são construídos coletivamente.

Na sequência, João (Moderador/Plantuc) retomou a condução da plenária e perguntou aos participantes o que achavam do exercício em grupos. A participante Sirlene (Comunidade Mumbuca) respondeu que gostou da atividade, pois todos puderam expressar o que consideravam pertinente. Outra participante destacou que gostou da discussão sobre conservação ambiental, considerando os possíveis impactos que esse tipo de iniciativa pode gerar.

Aleandro (Tocantins Parcerias/TOPAR) reforçou a fala de uma das participantes, destacando que preservar exige cuidado contínuo. Enfatizou também que a participação de pessoas que vivem em Unidades de Conservação (UCs) é fundamental em programas como o REDD+, uma vez que essas comunidades têm papel direto na proteção do território.

João (Moderador/Plantuc) retomou a fala para responder a uma pergunta feita anteriormente pela Laudeci (ACAPPM), sobre como os recursos provenientes do programa REDD+ chegarão até as comunidades.

Em seguida, Evileide (Comunidade Lagoa Azul) pediu a palavra e explicou que a distribuição dos recursos está sendo discutida em oficinas realizadas com as comunidades.

Aleandro (Tocantins Parcerias/TOPAR) acrescentou que 50% dos recursos serão destinados a políticas ambientais voltadas para o benefício direto das comunidades. Como exemplo, citou a necessidade de construção de pontes e outras obras de infraestrutura essenciais para as localidades.

A participante Sara (Comunidade Mumbuca) questionou se os recursos do programa poderiam ser aplicados em projetos de educação, como por meio da Secretaria de Educação (SEDUC), ou se seriam destinados exclusivamente à área ambiental. Em resposta, Aleandro (Tocantins Parcerias/TOPAR) esclareceu que os recursos não precisam ser aplicados exclusivamente em ações ambientais. Há possibilidade de destiná-los também a outras áreas, desde que estejam alinhadas aos objetivos do programa.

João (Moderador/Plantuc) retomou a fala e informou que, seria feita explicações detalhadas sobre quais ações são de responsabilidade do Estado dentro do programa REDD+. Ele também comentou sobre algumas dúvidas levantadas até aquele momento, como a possibilidade de continuar utilizando o fogo controlado. Esclareceu que, sim, o uso do fogo de forma controlada poderá continuar sendo praticado, desde que dentro das normas e orientações técnicas apropriadas.

Salvaguardas

O tema das **Salvaguardas** foi introduzido, e João (Moderador/Plantuc) perguntou aos participantes se sabiam do que se tratava. Uma participante respondeu dizendo que significava “salvar e guardar”, enquanto Ana (Comunidade Mumbuca), complementou dizendo que entendia como “proteção”.

Em seguida, Marli (Ponto Focal do Estado) pediu a palavra e direcionou uma pergunta a Isabel (Estado): o que, exatamente, deveria ser salvo, guardado e protegido? E quem seria o responsável por essa proteção?

Em resposta, Isabel (Ponto Focal do Estado) tomou a palavra, se apresentou ao grupo e agradeceu pela oportunidade de retornar à comunidade. Relembrou o acordo firmado em Cancún, no qual foram estabelecidos regras e princípios que devem ser respeitados por todos os países que aderem ao REDD+. Explicou que “salvar e guardar” diz respeito ao cumprimento dessas regras, as salvaguardas, que têm o objetivo de proteger direitos, o meio ambiente e as comunidades envolvidas.

Isabel (Ponto Focal do Estado) destacou que o REDD+ não está acima da legislação vigente, e que todas as ações precisam ocorrer com respeito às leis e

às realidades locais. Afirmou que o programa deve ser transparente, eficaz e legal, respeitando os modos de vida das comunidades e garantindo que tudo esteja em consonância com o que elas já vivenciam.

Ela também relembrou a importância do Fórum como espaço de diálogo, e afirmou que o Estado tem a responsabilidade de garantir condições adequadas para que as pessoas possam participar efetivamente de programas como o REDD+, incluindo apoio com alimentação e hospedagem. Por fim, Isabel reforçou que nenhum direito das comunidades deve ser violado em qualquer etapa do processo, que o programa tem o objetivo de reduzir a emissão dos gases que causam o efeito estufa e que é essencial fortalecer a cultura dos territórios.

Marli (Ponto Focal do Estado) pediu a fala e destacou que, no Acre, foi solicitado um campo de futebol e ele foi construído. Ressaltou que o REDD não financia a compra de equipamentos que degradam o meio ambiente, como tratores e motosserras, usados para desmatamento ou queima. O financiamento é voltado a atividades que incentivem os jovens a permanecer nas comunidades.

Ela também comentou que a forma como cada pessoa interage com o meio ambiente impacta diretamente, citando o hábito de queimar lixo no quintal, o que pode causar incêndios. Mencionou ainda que o período ideal para fazer fogo é quando as chuvas estão terminando.

Isabel (Ponto Focal do Estado) também pediu a fala e disse que é possível construir campos de competição, desde que haja equilíbrio na escolha do local, para evitar impactos ambientais. Reforçou que as ações do REDD devem estar alinhadas com a conservação dos recursos naturais e lembrou uma explicação da Marli sobre o estoque de carbono nas árvores.

Ela ressaltou que o programa precisa respeitar toda a biodiversidade do cerrado e destacou a 6ª salvaguarda, que trata da prevenção ao risco de reversão. Questionou o que aconteceria caso as metas não sejam atingidas até 2025.

Marli (Ponto Focal do Estado) respondeu que funciona como um seguro: se alguém tem uma moto segurada e a destrói, o seguro cobre o prejuízo. Assim, o Estado destina 50% do valor do programa como garantia. Se houver aumento de desmatamento ou queimadas, os prejuízos serão cobertos por esse valor, como compensação pelo risco de degradação.

Isabel (Ponto Focal do Estado) retomou a fala e explicou que as regras se aplicam tanto ao nível jurisdicional quanto aos projetos do setor privado, sendo seguidas internacionalmente. Ressaltou que é responsabilidade do Estado acompanhar a execução dos programas REDD+ e verificar se o que foi acordado está sendo cumprido. Todas as categorias envolvidas devem seguir as regras estabelecidas. Comentou que, embora as comunidades alegam que os órgãos públicos nem sempre conseguem atendê-las, mas os 50% dos recursos do programa são destinados justamente para atender, de forma coletiva, as demandas que chegam a esses órgãos.

João (Moderador/Plantuc) pediu a fala e questionou o que a comunidade pode fazer caso alguma salvaguarda não esteja sendo cumprida.

Isabel (Estado) respondeu que o CEVAT, órgão do governo, será responsável pela fiscalização e apoio técnico, contando com estrutura para isso. Também informou que haverá uma ouvidoria, onde qualquer pessoa poderá fazer denúncias, solicitar informações ou enviar elogios. Os canais de contato estavam disponíveis no panfleto entregue durante a reunião. Ela acrescentou que o Estado pode distribuir esses panfletos à população que não pôde participar do encontro.

Na sequência, Enerci (Comunidade Carrapato) destacou a importância de que a comunidade estude e compreenda o que é o programa REDD+, bem como as formas de sua implementação.

João (Moderador/Plantuc) retomou a fala e informou que a ouvidoria conta com um canal via WhatsApp, e que o site possui muitas informações sobre o CEVAT. Reforçou também que o Instagram do programa disponibiliza vídeos explicativos sobre o REDD+.

A conversa continuou com o reforço sobre a importância das salvaguardas, e os participantes foram convidados a compartilhar o que compreenderam.

Rosineide (Comunidade Mumbuca) destacou que todos os estados que tem o REDD+ devem respeitar essas salvaguardas.

Sara (Comunidade Mumbuca) afirmou que a União e os Estados têm a responsabilidade de garantir que os direitos não sejam violados. Andrea (ACAPPM) comentou que há direitos universais, o que torna essa pauta transversal.

Isabel (Ponto Focal do Estado) pediu a palavra e explicou que a Salvaguarda 1, que determina o respeito aos direitos e que, por isso, há atenção às leis ambientais.

João (Moderador/Plantuc), perguntou por que as salvaguardas precisam ser cumpridas.

Ana (Comunidade Mumbuca) respondeu dizendo que é como "diminuir a pressão da panela de pressão" Outra participante complementou, dizendo que as salvaguardas garantem a sustentabilidade do programa.

Na sequência, João (Moderador/Plantuc) pediu que olhassem ao mural da facilitação gráfica, elaborado por Celenita, e solicitou que ela o apresentasse.

Celenita (Facilitadora Gráfica) explicou o conteúdo do mural, o que representava visualmente a comunidade, a composição da assembleia presente e também os principais questionamentos levantados durante o encontro.

As atividades foram retomadas às 16h55.

Apresentação sobre Governança

João (Moderador Plantuc) – Informou que o próximo momento seria importante, mas breve, com previsão de término até às 18h. Perguntou aos participantes quem já havia participado de filmes, vídeos ou peças de teatro gravadas na comunidade. Algumas pessoas levantaram a mão. Em seguida, explicou que a dinâmica a ser realizada seria uma encenação, em formato de teatro, com cada participante representando um papel dentro da estrutura do Programa JREDD+.

Distribuiu os papéis da seguinte forma:

- Rayfran – Comprador de crédito de carbono
- Andrea – Fundo Clima
- Sara – COEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente)
- Sirlene – CEVAT (Comissão Estadual de Validação, Acompanhamento e Transparência)
- Genifer – PIQPCTAF
- Leia – Governo do Estado
- Marcelo – Agricultores familiares
- Laudeci – Conselho Gestor
- Luzia, Enerci e Ilana – Associações comunitárias
- Lorival – COEQTO
- Fábio – SEMARH
- Jarlene – SEPOT
- Gil – Naturatins
- Juracir – Ministério Público Estadual

João convidou Isabel para explicar o funcionamento dessa estrutura.

Isabel (Ponto Focal do Estado) Iniciou explicando o papel do COEMA, que é o espaço onde ocorrem todas as discussões sobre meio ambiente no Estado. Ressaltou que, junto ao COEMA, está a CEVAT, responsável por acompanhar o cumprimento das salvaguardas do REDD+. A CEVAT é composta por entidades como COEQTO, ARPIT, FAET e FETAET, que auxiliam nesse processo de monitoramento. Informou que o Fundo Clima abriga o Conselho Gestor, que autoriza a execução de projetos dos subprogramas, desde que estes estejam alinhados às recomendações da CEVAT. Dentro do Conselho Gestor também há assentos para as entidades citadas e para órgãos públicos como SEFAZ, SEDUC, SEAGRO, SEPLAN e FUNAI. Apresentou os três subprogramas que compõem o JREDD+: PIQPCTAF, Agro e Fortalecimento Institucional. Explicou que o comprador é a entidade que possui os recursos e deseja adquirir os créditos de carbono do Estado. O Fundo Clima recebe os valores dessas transações. Em seguida, a CEVAT inicia a análise dos projetos. Uma vez aprovados, o Conselho Gestor autoriza a publicação de editais, aos quais as associações poderão submeter propostas de acordo com seus respectivos subprogramas.

Sara, questionou se, no caso dos editais, as associações terão que competir entre si, correndo o risco de nunca serem contempladas.

Isabel Ponto Focal do Estado Respondeu que não será apenas um edital e que está sendo estruturada uma Unidade Gestora dedicada ao JREDD+, justamente

para apoiar tecnicamente a elaboração dos projetos e garantir o cumprimento das salvaguardas.

Sirlene, perguntou se existe a possibilidade de o projeto apresentado pela associação não ser contemplado.

Isabel (Ponto Focal do Estado) Reafirmou que os projetos precisam estar alinhados ao escopo do subprograma. Ressaltou que os editais serão elaborados com base nas demandas levantadas durante o processo de Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI).

Aleandro – Acrescentou que a CEVAT, que terá assentos específicos para cada subprograma, será a responsável por desenhar os editais.

Marli (Ponto Focal do Estado) reforçou que a elaboração dos editais ficará a cargo da Unidade Gestora da SEMARH, cabendo à CEVAT a validação final dos conteúdos.

Ana, perguntou quem será responsável por definir os eixos temáticos dos editais.

Isabel (Ponto Focal do Estado) Explicou que a construção desses eixos será feita durante as oficinas, e que o dia seguinte seria dedicado a essa tarefa.

Andrea, perguntou qual será o valor dos recursos destinados a cada eixo.

Marli (Ponto Focal do Estado) Respondeu que a decisão será baseada nas linhas de ação que receberem maior demanda e convergência entre as comunidades. No entanto, reforçou que a prioridade final será definida durante a audiência pública, e que cada subprograma terá autonomia para definir suas prioridades.

Enerci, perguntou até quando o financiamento estará garantido.

Marli (Ponto Focal do Estado) Explicou que, uma vez registrados os créditos de carbono, nenhum governo pode desfazer os compromissos firmados, e a repartição de benefícios está assegurada nas salvaguardas do programa.

Aleandro, reforçou que o JREDD+ é um programa de Estado. Independente de quem esteja no governo, não haverá autoridade para revogar suas diretrizes, uma vez que os créditos já registrados se tornam patrimônio do Estado.

Genifer, perguntou por quanto tempo os recursos permanecerão no Fundo Clima após sua entrada.

Isabel (Ponto Focal do Estado) Esclareceu que o Fundo Clima é uma estrutura destinada à gestão de ativos ambientais em geral, não apenas dos recursos do JREDD+.

Houve, então, uma discussão mais ampla entre os participantes sobre a possibilidade de mudanças políticas, tanto no Estado quanto no governo federal, e os riscos de interrupção do programa.

Aleandro, destacou que, por ser um fundo estadual, a governança do JREDD+ está protegida. Disse compreender os receios quanto às mudanças de governo, mas reforçou que os créditos regularizados passam a compor o patrimônio

público estadual. Acrescentou que os recursos do fundo também custearão a Unidade Gestora do Programa, que prestará apoio técnico às comunidades na elaboração e execução dos projetos.

Sirlene, manifestou preocupação com a grande quantidade de comunidades quilombolas e a possibilidade de conflitos entre associações por conta da seleção dos projetos.

Aleandro, reiterou que todas terão assentos na CEVAT e poderão definir, de forma democrática, as prioridades para o uso dos recursos.

Marli (Ponto Focal do Estado) Encerrou as falas com algumas considerações finais. Lembrou a existência da Lei Estadual nº 2.265/2008, disponível no site do JREDD+, que autoriza o Estado do Tocantins a desenvolver projetos para captação de recursos vinculados ao REDD+. Explicou que essa lei também determina que os recursos do Fundo Clima sejam destinados à implementação das Salvaguardas de Cancún, no contexto de estratégias de desenvolvimento de baixa emissão de carbono — conforme a política estadual "Tocantins Competitivo e Sustentável". Compartilhou sua experiência de 35 anos com associações comunitárias, reconhecendo os desafios enfrentados, especialmente no que se refere à sustentabilidade financeira das organizações. Apontou que, muitas vezes, a falta de apoio financeiro faz com que as associações se tornem inativas e regularizem seus CNPJs. Questionou: por que as associações não conseguem se manter? E respondeu que, sem a participação ativa da comunidade e sem acesso a projetos estruturantes, é difícil manter a regularidade. Ressaltou que o JREDD+ deve ser uma oportunidade para fortalecer as associações por meio do acesso a recursos e da elaboração de projetos bem estruturados.

Andrea, comentou que muitos editais impõem exigências como contador e profissionais especializados, o que inviabiliza a participação de várias associações. Disse acreditar que os editais do JREDD+ serão mais acessíveis, mas perguntou se será possível incluir despesas administrativas nos projetos.

Isabel (Ponto Focal do Estado) Respondeu que seria importante, sim, considerar um "eixo zero", voltado ao financiamento de serviços administrativos e de apoio à estruturação das associações.

João, relembrou os horários das refeições e atividades do dia seguinte. Em seguida, convidou Sirlene para encerrar a oficina com uma apresentação musical.

As atividades do dia foram encerradas às 18h07.

DIA 03: QUINTA-FEIRA, 10 DE JULHO DE 2025

PARTICIPANTES

1. Elizabete Melquiades (Comunidade Quilombola Mumbuca)
2. Otani Carvalho da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
3. Sirlene Matos da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
4. Domingas G. Bitencourt (Comunidade Quilombola Boa Esperança)
5. Wilton Gonçalves Pereira (Comunidade Quilombola Carrapato)
6. Rosicleia Ribeiro Pereira (Comunidade Quilombola do Prata)
7. Irene Ribeiro da Silva - (Comunidade Quilombola Boa Esperança)
8. Maria Lucília de S. Soares (Ponte Alta)

9. Juelina Alves dos Santos (Ponte Alta)
10. Izaulina Patrício dos Passos Ribeiro (Comunidade Quilombola do Prata)
11. Leandro Silva Galvão (Comunidade Quilombola Boa Esperança)
12. Maria José Faustino Soares (Ponte Alta)
13. Aurelinda dos Passos (Comunidade Quilombola Prata)
14. Osvaldo F. Sousa (Comunidade Quilombola do Prata)
15. Jarlene Alves de Santana (Palmas)
16. Euzivan Tavares da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
17. Rayfran Ayres de França (Comunidade Quilombola Carrapato)
18. Patrícia Dias Rocha (Palmeiropólis)
19. Oziel A. de Souza - (Comunidade Quilombola Mumbuca)
20. Jovelino Ribeiro de Sousa (Comunidade Quilombola Galheiro)
21. Oscar Ribeiro de Sousa (Comunidade Quilombola Galheiro)
22. Genifer Silveira de Oliveira (ACAPPM - Associação Comunitária dos Artesãos e Pequenos Produtores de Mateiros)
23. Andrea Cecilia Lamberte (ACAPPM - Associação Comunitária dos Artesãos e Pequenos Produtores de Mateiros)
24. Claudinei Gonçalves Ribeiro - (ACAPPM - Associação Comunitária dos Artesãos e Pequenos Produtores de Mateiros)
25. Adelice C. Cirqueira (ACAPPM - Associação Comunitária dos Artesãos e
26. Pequenos Produtores de Mateiros)
27. Edney Ribeiro Gomes (Comunidade Quilombola Mumbuca)
28. Naildes
29. Isidoro Ribeiro da Silva (Mateiros)
30. Laudeci (ACAPPM - Associação Comunitária dos Artesãos e Pequenos Produtores de Mateiros)
31. Aldina Batista Dias dos Santos (Comunidade Quilombola Carrapato)
32. Evileide Vieira dos Santos (Lagoa do Tocantins)
33. Ana Claudia Matos da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
34. Enerci Matos Mendes - (Comunidade Quilombola Carrapato)
35. Aguinaldo (Comunidade Quilombola Mumbuca)
36. Daniela R. Tavares (Comunidade Quilombola Mumbuca)
37. Rosineide Matos da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
38. Yan Gustavo (Palmas)
39. Ilana Ribeiro Cardoso (Comunidade Quilombola Mumbuca)
40. Rosicleia Ribeiro Pereira (Comunidade Quilombola do Prata)
41. Monica Silva Ribeiro (Comunidade Quilombola Mumbuca)
42. Elmira Ribeiro da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
43. Delvani R. Ribeiro (Comunidade Quilombola Mumbuca)
44. Maria Luiza Pereira Gomes (Comunidade Quilombola Galheiro)
45. Geovan Ribeiro da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
46. José Ribeiro da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
47. Zulmira Ribeiro da Silva (Comunidade Quilombola Cumbica)
48. Railane Ribeiro da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
49. Luzenir Ribeiro Xavier (Comunidade Quilombola Mumbuca)
50. Martina Ribeiro - (Comunidade Quilombola Mumbuca)
51. Silvanete T. da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
52. Maria Isaura P. Gonçalves (Comunidade Quilombola Mumbuca)
53. Tuane Gomes Ribeiro Tavares (Comunidade Quilombola Mumbuca)
54. Noemi Ribeiro da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
55. Givoene Matos da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
56. Gilnione R. da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)

57. Miria Ribeiro Tavares (Comunidade Quilombola Mumbuca)
58. Wagner Pereira dos Santos (Comunidade Quilombola Mumbuca)
59. Rosireide de Sousa Soares (Palmas)
60. Talita Rodrigues da Silva (Comunidade Quilombola Mumbuca)
61. Teomenilton Almeida Santos - (Comunidade Quilombola Mumbuca)
62. Tiele Lopes Barbosa (Comunidade Quilombola Boa Esperança)
63. Núbia Matos da Silva(Comunidade Quilombola Boa Esperança)

Abertura

As atividades do dia foram iniciadas às 8h30.

João – Deu as boas-vindas aos participantes e convidou Sirlene para conduzir uma oração de abertura.

Sirlene (Mumbuca), realizou uma oração pedindo proteção e sabedoria para os trabalhos do dia.

João (Moderador/Plantuc),convidou Lorival para fazer uma fala de abertura.

Lorival (COEQTO) – Apresentou-se como quilombola do território Kalunga. Iniciou sua fala refletindo sobre a importância do corpo como o primeiro território a ser cuidado. Utilizou a metáfora de um peixe que não consegue sobreviver em águas sujas para reforçar a ideia de que o corpo também perece quando negligenciado, destacando a importância do autocuidado como princípio para o fortalecimento das lutas dos povos tradicionais.

João (Moderador/Plantuc) – Informou que integrantes da comunidade Lagoa Azul gostariam de compartilhar um pouco da sua história como forma de abertura simbólica das atividades do dia.

Representantes da comunidade Lagoa Azul iniciaram sua fala destacando que a comunidade é formada por 12 troncos quilombolas, reforçando sua diversidade interna e ancestralidade comum.

João (Moderador/Plantuc) retomou a fala e agradeceu à comunidade Lagoa Azul pela participação. Convidou aqueles que quisessem compartilhar histórias ou conhecimentos a aproveitarem a oportunidade.

Claudia (Mateiros), uma das participantes, contou que, desde a criação do parque, enfrentou muitos desafios por não entender do que se tratava, expressando que o novo causava medo. Em seguida, recitou um poema inspirado em sua vivência.

João (Moderador/Plantuc) continuou na moderação, relembrando os temas abordados nos dias anteriores e abriu mais uma rodada de perguntas, reforçando que aquele era um momento para esclarecer dúvidas.

Um participante perguntou para onde vão os 50% dos recursos destinados ao governo no âmbito do programa REDD+.

Claudia (Mateiros), respondeu que acredita que esses recursos são usados para a estruturação do próprio governo, incluindo secretarias e o Naturatins. Laudeci

(ACAPPM) sugeriu que devem ser destinados a órgãos ambientais, instituições que precisam de equipamentos, como o Corpo de Bombeiros e brigadas de incêndio. Ilana (Comunidade Mumbuca) destacou que os recursos deveriam ser usados para a capacitação de jovens, apoio a comunidades quilombolas, incentivo ao turismo, e também para atender necessidades dos órgãos que atuam nas comunidades, especialmente em ações relacionadas ao clima local.

João (Moderador/Plantu) retomou a fala e explicou que, quando ocorrem situações como o incêndio de uma ponte, é responsabilidade do governo intervir. Dentro dos 50% dos recursos destinados ao governo pelo programa REDD+, é possível direcionar parte do valor para ações que envolvam estrutura voltada à preservação e conservação ambiental, como o apoio a brigadas de incêndio.

Isabel (Ponto Focal do Estado) complementou dizendo que esses 50% podem ser destinados a todos os órgãos que atuam na proteção ambiental, incluindo, o Naturatins, Corpo de Bombeiros, Ruraltins, Batalhão da Polícia Ambiental, Secretarias de Turismo e Cultura, Sepot, e outros órgãos cujas ações estejam ligadas à preservação do meio ambiente e à redução das emissões de gases de efeito estufa.

Andrea (ACAPPM) perguntou se a Secretaria de Educação (SEDUC) também possui alguma pauta ou possibilidade de receber recursos do programa.

Em resposta, Isabel (Ponto Focal do Estado) respondeu que iria verificar com Pedro Andrade (consultor Tocar), pois ele teria informações mais precisas sobre o assunto.

João (moderador/Plantuc) retomou a fala e explicou que as prioridades da comunidade podem ser organizadas em grupos, para que seja possível avaliar quais demandas são de responsabilidade do Estado e quais podem ser tratadas de outras formas.

Claudia (Mateiros), perguntou se o programa REDD+ prevê recursos para contemplar as prefeituras.

Logo após, João (Moderador/Plantuc) questionou se os participantes sabiam como os recursos chegarão aos territórios.

A participante Genifer (ACAPPM) respondeu que os recursos chegarão por meio de editais, e destacou a importância de que esses editais sejam conduzidos de forma democrática, garantindo igualdade de oportunidades para todos.

Laudeci (ACAPPM) alertou que muitas associações não reconhecidas formalmente acabam ficando de fora dos editais. Reforçou a necessidade de que os critérios considerem todas as comunidades, assegurando um acesso amplo e justo aos recursos disponíveis.

No prosseguimento, Marli (Ponto Focal do Estado) retomou a fala para responder se os municípios receberão parte dos recursos do programa REDD+. Explicou que isso não está previsto diretamente, mas que o Estado pode buscar formas de parceria com as prefeituras em relação ao programa. Acrescentou que o

acesso aos recursos se dará por meio de associações, conforme as linhas de ação definidas. Essas associações podem estar vinculadas não apenas a comunidades quilombolas, mas também a povos indígenas, extrativistas e agricultores familiares de pequeno porte.

Ana (Comunidade Mumbuca) comentou que é importante evitar que os quilombolas tenham que competir diretamente com outras categorias, como os agricultores familiares, pois correm o risco de sair em desvantagem, já que entidades como a FETAET são mais estruturadas. Outra participante acrescentou que é fundamental garantir que a concorrência seja inclusiva e igualitária, possibilitando o acesso equilibrado aos recursos por todas as comunidades envolvidas.

Na continuidade, a participante Taiane (Comunidade Mumbuca) pediu a palavra e disse que a prefeitura deveria estar mais presente e em diálogo com todos. Questionou a ausência de representantes do governo estadual, perguntando quem garante que o governador irá executar tudo o que está sendo prometido. Ela relatou que foi criado um eixo agroecológico, mas os recursos não chegaram até sua comunidade. Mencionou também as leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo, afirmando que nem todos conseguiram acessar os benefícios, e muitos nem sabem o que é um eixo temático.

Taiane (Comunidade Mumbuca) afirmou que o assunto é sério e precisa ser tratado com clareza e responsabilidade, pois se já existe uma estrutura montada, é porque há um interesse forte do Estado. No entanto, não se pode construir um edital com base em algo apresentado em apenas três dias. Embora reconheça que o programa pode beneficiar muitos, ela questiona: "Será que vai chegar até nós?". Reforçou a importância de “colocar os pingos nos is” e garantir a participação real das comunidades. Citou que Lourival, da COEQTO, afirmou que os recursos vão chegar por meio da entidade, mas muitas pessoas nem sabem o que é a COEQTO.

Por fim, ela alertou ainda que algumas pessoas estão entendendo a oficina de forma equivocada, achando que irão "ganhar dinheiro fácil", quando, na verdade, é algo mais complexo e acredita que é necessário haver mais escuta.

Após isso, Marli (Ponto Focal do Estado) pediu a fala para esclarecer um ponto importante: explicou que o REDD+ não paga simplesmente por manter a floresta em pé. O programa remunera o fluxo de redução de emissões, ou seja, quem reduz o desmatamento em relação ao que desmatou antes. Reforçou que não se trata de contar árvores ou medir floresta em pé, mas sim de calcular a redução das emissões de carbono.

Marli (Ponto Focal do Estado) explicou que o REDD+ é um instrumento internacional, e que para o Estado acessar os recursos, foi necessário preencher muitas planilhas e fornecer diversas informações técnicas, todas em inglês. Por isso, o governo contou com o apoio de parceiros especializados para participar do edital global do REDD+. Ela informou ainda que está sendo elaborado um plano de investimento de quatro anos, e que as secretarias envolvidas estão trabalhando para definir como os recursos serão utilizados de forma estratégica.

Ana Paula (SEPOT) explicou que a Sepot avalia as necessidades institucionais e vê o programa REDD+ como uma oportunidade para captar recursos que fortaleçam a instituição. Entre os usos previstos estão a compra de drones, realização de pesquisas e mapeamentos das comunidades, além de outras ações que serão atendidas com esses recursos.

Jarlene (SEPOT) acrescentou que o mapeamento será fundamental, pois trará benefícios diretos para as comunidades envolvidas.

Andrea (ACAPPM) ressaltou a importância de não enxergar as associações como concorrentes, mas sim de promover a integração entre elas, identificando as necessidades comuns que as unem. Enfatizou que todas as associações, como Prata, Mumbuca, Galhão, Galheiros, Boa Esperança e outras devem trabalhar juntas, mesmo sem ter escritórios físicos, buscando condições que beneficiem coletivamente todos os grupos.

Sirlene (Comunidade Mumbuca) afirmou que conta com parceiros, mas ressaltou que eles falam muito sobre inclusão e autonomia**.** No entanto, ela é uma mulher preta e a Andrea é argentina, e ela não falou nenhuma fala escrota e nem para diminuir.

Enerci (Comunidade Carrapato) apontou que a fraqueza do REDD+ é que ele não proíbe o desmatamento**.** Comentou que a escravidão não acabou, apenas mudou a forma de tratar as pessoas pretas, que trabalham, mas enfrentam muitas dificuldades para conquistar algo. Ressaltou que é analfabeto, por isso é necessário criar projetos que barrem os grandes desmatadores, e não apenas os pequenos.

João (moderador/Plantuc) retomou a fala e observou que muitas colocações tratavam de questões históricas e ancestrais, marcadas por feridas de projetos passados que criaram expectativas não cumpridas. Diante disso, sugeriu que os participantes se reunissem em grupos para identificar suas necessidades, separando aquilo que é comum entre as comunidades e o que é específico de cada uma, com o objetivo de organizar melhor as prioridades.

Sirlene (Comunidade Mumbuca) contribuiu sugerindo que alguns eixos do programa devem ser voltados exclusivamente para quem está no quilombo, e que é importante incluir mais efetivamente os quilombolas nos processos. Reforçou que os quilombolas que participam por meio de associações precisam compreender qual é o seu papel nas oficinas, observar essa perspectiva, para poderem se posicionar e participar de forma mais informada.

Marli (Ponto Focal do Estado) tomou a palavra e sugeriu uma proposta de divisão em grupos, destacando que seria melhor incluir todos e ouvir o que cada um pode sugerir e contribuir. Reforçou que o governo não é contra as associações, e sim que é melhor estar junto trabalhando em colaboração.

José (Comunidade Mumbuca), participante, pediu a palavra e pontuou que cada associação possui necessidades diferentes, sendo importante respeitar essas especificidades.

João (moderador/Plantuc) orientou a formação de grupos de discussão para debater os eixos prioritários para o recebimento dos recursos do programa. Após a organização dos grupos, os participantes seguiram para o almoço, e o encontro foi encerrado às 12h20.

Observação: *A coordenadora da escola solicitou que os cartazes da facilitação gráfica fossem deixados na unidade escolar para que pudessem ser usados na escola como material de vivência.*

Período da Tarde

Apresentação dos projetos discutidos em grupos

A oficina foi retomada às 14h, com João (Moderador/Plantuc) iniciando os trabalhos da tarde. Ele convidou Rayfram (Comuniadade Carrapato) para conduzir uma atividade física de alongamento e movimentação, que foi realizada com a participação dos presentes.

Em seguida, João (Moderador/Plantuc) retomou a fala e solicitou que os dois grupos formados anteriormente apresentassem os resultados das discussões, para que todos pudessem conhecer as propostas e reflexões construídas durante o trabalho em grupo.

O grupo 2 iniciou a apresentação e solicitou no **eixo Geração de Renda** - fortalecimento das associações, turismo de base comunitária, melhoramento do solo para produção, selo de identificação de produtos feitos com capim dourado, agroindústria para produção de produtos do cerrado, selo para produtos de buriti e farinha, estrutura para cadeias de produtos, criação de cooperativas, estrutura para hortas. No **eixo Capacitação** - capacitação em gestão financeira e empreendedorismo, capacitação para adequação de produtos. No **eixo Proteção do Território** – regularização dos territórios, fiscalização territorial, incentivo para moradia tradicional, brigadas de incêndios comunitárias (construção e fortalecimento das que já tem). No **eixo Fortalecimento Cultural** - conhecimento de remédios naturais, festas culturais (festa da farinha, da rapadura, do capim dourado), fortalecimento da cultura para jovens e crianças (com músicas e histórias seguindo o calendário do Jalapão. No **eixo Responsabilidades do Estado** – Construção de estradas, fortalecimento do Naturatins (fiscalização do capim dourado), gestão de resíduos, fazer poços artesianos e disponibilidade de água, fortalecimento do Ruraltins. No **eixo Preservação** – Recuperação de nascentes.

A ordem de apresentação dos grupos foi invertida e o grupo 1 apresentou após o grupo 2.

O grupo 1 iniciou a apresentação com Sirlene e Rayfran como porta-vozes. Evileide complementou posteriormente.

No **eixo Regularização Fundiária** – foi apontada a necessidade de contratação de consultoria especializada para a elaboração do RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) e para o acompanhamento de todo o processo de regularização dos territórios quilombolas.

No **eixo Geração de Renda e Fortalecimento Cultural** – intercâmbio entre comunidades quilombolas; fortalecimento do turismo comunitário; valorização da medicina tradicional e uso de ervas medicinais; fortalecimento da agricultura familiar; criação de viveiros; aquisição de insumos para hortas e criação de pequenos animais e derivados do leite; fortalecimento das festas culturais e dos grupos de pesquisa locais; beneficiamento de polpas de frutas.

No **eixo Gestão Territorial** – criação e formação de equipes locais para proteção territorial; revitalização da fauna e flora; criação e fortalecimento de brigadas permanentes; aquisição de materiais e equipamentos para atuação das brigadas; capacitação e remuneração de jovens para integrar essas brigadas e desenvolver outras formas de geração de renda; melhoria das moradias dentro dos quilombos.

No **eixo Fortalecimento Institucional** – capacitação das associações quilombolas; aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para coleta de frutos e materiais do cerrado; capacitação de jovens para participação ativa nas associações e elaboração de projetos; contratação de consultorias jurídica, contábil e administrativa; criação de redes de conexão entre associações, promovendo ambientes multiprofissionais e interdisciplinares.

No **eixo Infraestrutura** – melhoria das estradas e pontes que conectam os quilombos entre si e com as sedes dos municípios da região.

Encaminhamentos finais e definição de representantes.

João iniciou o momento final da oficina colando os cartazes elaborados pelos dois grupos lado a lado e convidando os participantes a analisarem os pontos em comum, as diferenças e os elementos que chamaram atenção.

Lorival (COEQTO) – Perguntou se todas as comunidades presentes possuem acesso à energia elétrica.

Os participantes confirmaram que atualmente essa não é uma demanda urgente, pois todas as comunidades presentes possuem acesso à energia.

João – Explicou que as ações levantadas pelos grupos serão consolidadas em um documento, que será lido ao final da oficina para avaliação coletiva. Informou que esse documento comporá o plano de investimento do Subprograma PIQPCTAF e será submetido à consulta pública online. Indagou se esse resultado corresponde às expectativas da comunidade, ao que os participantes responderam positivamente.

Isabel (ponto focal Estado) – Explicou que o registro das ações será feito por meio de um documento chamado "Ajuda Memória", semelhante a uma ata simplificada. Ressaltou que esse registro acelera o processo de sistematização e será digitalizado, disponibilizado no site do JREDD+. Também se colocou à disposição para enviar o arquivo em PDF aos presidentes das associações quilombolas presentes. Solicitou autorização para registrar os encaminhamentos dos grupos na Ajuda Memória, o que foi aprovado por todos.

João, retomou a importância do canal da ouvidoria do JREDD+, destacando que

é o espaço destinado ao recebimento de denúncias, sugestões ou questionamentos, especialmente em casos de descumprimento das salvaguardas. Informou que o canal pode ser acessado pelo site, e-mail, WhatsApp, Instagram e presencialmente na SEMARH. Em seguida, fez um resumo das temáticas já discutidas durante a oficina: fundamentos do JREDD+, salvaguardas, governança, e definição das ações prioritárias. Destacou que restava apenas tratar da audiência pública. Convidou Pedro para apresentar os avanços do Subprograma de Fortalecimento Institucional e como será utilizado o percentual de 50% dos créditos destinados ao Estado.

Pedro (Consultor Tocar) – Apresentou-se como técnico de apoio ao Subprograma de Fortalecimento Institucional. Explicou que o objetivo é garantir que os órgãos do Estado estejam fortalecidos para executar as demandas que emergem das oficinas dos PIQPCTAF. Informou que já foram realizadas reuniões com gestores de órgãos como Naturatins, Ruraltins, SEAGRO, SEDUC, entre outros, e que a maioria das pautas são convergentes com as das comunidades, como a necessidade de fortalecimento institucional do Naturatins. Relatou que já foram feitas 13 reuniões orientativas com os órgãos estaduais e destacou a qualidade técnica dos servidores envolvidos no processo.

Sirlene (Mumbuca) – Indagou se a SEDUC, por meio da pasta quilombola, está representada nessas reuniões.

Pedro, informou que um servidor da pasta de Educação para Povos Originários está participando ativamente das reuniões.

João, explicou a sequência de eventos até a audiência pública: finalizadas as oficinas participativas, será produzido um documento que ficará disponível no site do JREDD+ por 30 dias para consulta pública. Após esse período, será realizada uma audiência pública, antecedida por uma oficina preparatória com os representantes indicados nas oficinas regionais. Perguntou aos participantes quais características são importantes para um representante escolhido para a audiência pública. Os presentes responderam: alinhamento com a comunidade, boa comunicação, coragem, responsabilidade, disponibilidade, compromisso com o coletivo e capacidade de representar mais de uma comunidade com seriedade. Lembrou que devem ser escolhidos quatro representantes, sendo dois homens e duas mulheres. Perguntou como costumam organizar esse processo. Citou o exemplo dos Krahô, que preferiram discutir entre si, sem a presença da equipe técnica.

Raylane, sugeriu que fosse escolhido um representante por comunidade presente.

João, pontuou que há pessoas que representam mais de uma comunidade, e que essa é uma organização própria das comunidades, não cabendo interferência da equipe.

Lorival (COEQTO) – Propôs que os presidentes e lideranças presentes se reunissem para definir, entre eles, os quatro representantes, o que facilitaria a escolha.

Isabel (Ponto Focal do Estado) Ressaltou que os representantes devem trazer o olhar regional para a audiência pública e que terão papel ativo na fiscalização e monitoramento do programa. Reforçou que, embora a audiência seja pública, os

representantes eleitos terão papel formal.

Ana, sugeriu que fosse realizado um sorteio com os nomes propostos pelas comunidades.

Celenita (Facilitadora Gráfica), propôs que cada comunidade indique uma liderança, e caso ultrapasse o número de quatro, que a assembleia decida entre os indicados.

João, indagou quantas associações estavam representadas na oficina.

Seis lideranças se colocaram à frente: Enerci, Evileide, Rayfran, Irene, Sirlene e a mãe de Luzia, que a representava.

Dona Santinha, afirmou ser a pessoa mais idosa presente e alertou sobre a importância da união comunitária para evitar que as decisões fiquem apenas a cargo do governo.

Rosilene, Presidente da Associação Lagoa Azul – Comunicou que cederia sua vaga para Evileide, visando facilitar a definição dos representantes.

Enerci, destacou que a escolha dos representantes é uma responsabilidade grande, que deve ser feita com união e diálogo. Indicou Rayfran como representante do território Carrapato.

Sirlene foi indicada para representar o território Mumbuca.

Os sete presidentes presentes confirmaram que os representantes escolhidos defenderão os interesses de todas as comunidades da região, e não apenas de seus próprios territórios.

Irene, complementou dizendo que, embora seja do Carrapato, também representa os agricultores familiares.

Marli (Ponto Focal do Estado) Esclareceu que, neste momento, apenas os representantes quilombolas estavam sendo escolhidos, pois os representantes da agricultura familiar já haviam sido indicados.

João, sugeriu que os seis presidentes reunidos em sala separada definissem os quatro representantes.

Ao final, foi acordado que os representantes seriam: Sirlene, Evileide, Rayfran e Luzia.

Marli (Ponto Focal do Estado) Informou que houve um impasse quanto à representatividade, pois a comunidade de Irene não teria representação, o que gerou questionamento. Sugeriu uma votação entre Irene e Luzia, mas a proposta foi recusada. Esclareceu que a limitação de quatro representantes é por questão de proporcionalidade, garantindo equidade entre os grupos PIPQCTAF.
Lorival (COEQTO) – Anunciou que houve consenso para substituir Luzia por Irene. Assim, os representantes confirmados foram: Sirlene, Evileide, Rayfran e Irene.

João, perguntou se havia discordâncias. Como ninguém se manifestou, o grupo

foi validado. Perguntou à Marli quantas comunidades há no Tocantins.

Marli (Ponto Focal do Estado) Explicou que existem mais de 300 comunidades de assentamento familiar (com 24 representantes), 53 comunidades quilombolas (com 24 representantes) e, somente os Xerente possuem mais de 100 aldeias, que também compartilharão 24 vagas entre os povos indígenas. Reconheceu que a representação é complexa, mas que o diálogo é essencial para que um representante possa falar por mais de uma comunidade.

Aderlice, agradeceu o acolhimento, mas expressou indignação quanto à escolha dos representantes, questionando se os quatro nomes escolhidos refletiriam as necessidades de sua comunidade. Disse que esperava mais da oficina e que, se fosse para uma escolha qualquer, poderia ter sido feita pelo governo em gabinete.

João, afirmou que a contribuição de todos foi fundamental, especialmente na construção das propostas e ações que serão levadas adiante.

Aderlice, reconheceu a importância do aprendizado, mas afirmou que o povo do Jalapão frequentemente é negligenciado.

Apesar dos questionamentos, os presentes aceitaram a decisão para evitar mais conflitos.

Isabel (ponto focal Estado) – Convidou alguém para fazer a leitura da Ajuda Memória. Leu o documento na íntegra, registrando os objetivos alcançados, os conteúdos abordados (como salvaguardas, governança, direitos e plano de investimentos), os acordos estabelecidos e a valorização da escuta das comunidades.

Ana (Mumbuca) – Perguntou se haverá um workshop de preparação com os representantes.

Isabel (Ponto Focal do Estado) Respondeu que sim, e que a atividade já consta no calendário oficial do programa, disponível no site. Incluiu a observação de que a comunidade considera essencial a realização do workshop. Reforçou que todos podem acessar os materiais do JREDD+ na aba “Biblioteca” do site oficial.

Encerramento e Agradecimento

João, recapitulou todos os temas trabalhados ao longo da oficina e declarou que todos os objetivos haviam sido alcançados.

Taiane, cantou um louvor para o encerramento.

A oficina foi oficialmente encerrada às 17h36.

IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

Os participantes indicaram que necessitam de ações em prol de:

- Geração de Renda

- Cursos de Capacitação
- Ações voltadas para Proteção Territorial
- Ações voltadas para Fortalecimento Cultural
- Preservação de recursos naturais
- Apoio efetivo dos órgãos estaduais

REPRESENTANTES SELECIONADOS PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA EM PALMAS

Os escolhidos para serem representantes públicos foram indicados de forma aleatória e voluntária, no entanto, houve insatisfação por parte de alguns participantes quanto aos eleitos.

- Evileide Vieira dos Santos - Comunidade Quilombola Lagoa Azul
- Rayfran Alves de França - Diretor Administrativo das Comunidades Carrapato, Ambrosio, Formiga e Mata
- Sirlene Matos da Silva - Comunidade Quilombola Mumbuca
- Irene Ribeiro da Silva - Presidente das Comunidades Quilombolas Territoriais Boa Esperança

Avaliações e resultados da oficina

As discussões realizadas na Comunidade Quilombola Mumbuca, no Jalapão, demonstraram o interesse dos participantes no programa REDD+. Durante os dias da oficina, os participantes contribuíram ativamente, foram informados sobre os termos e conceitos relacionados ao REDD+ e também compartilharam suas indignações e os desafios enfrentados no cotidiano. Houve manifestações de insatisfação em relação à escolha dos representantes que participarão da audiência pública. Além disso, os participantes solicitaram ser contemplados com os recursos do programa, com foco em eixos como geração de renda, proteção e gestão do território, cursos de capacitação, fortalecimento cultural, preservação ambiental e infraestrutura.

REGISTRO FOTOGRÁFICO

Abertura, apresentação lideranças	O que é o JREDD+

Combinados	Participação secretário Marcello Lelis

Participação da COEQTO	Contribuição Aleandro

Trabalhos em grupos	Representantes escolhidos